

Canal Energia – 22/08/2014
CVaR -1 ano: avaliação positiva e pedidos de ajustes.

http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem_Especial.asp?id=102673

Agentes criticam variação rápida do preço frente às mudanças na vazão. Aneel pode visitar metodologia quando for definir piso e teto do PLD

De todas as mudanças realizadas no setor elétrico desde 2012, a CVaR foi uma das poucas, se não a única, avaliada como positiva pelos agentes do setor elétrico. Após um ano da sua implementação, que teve início em setembro do ano passado, o mercado aponta que hoje a sinalização de preço está mais próxima da realidade, ou seja, é condizente com a operação do sistema elétrico. Antes da implementação da metodologia, os despachos termelétricos fora da ordem de mérito eram constantes e os agentes nunca sabiam quanto teriam que pagar ao final de cada liquidação, visto que a conta sempre aumentava com a parcela do Encargo do Serviço do Sistema. E essa imprevisibilidade era motivo de descontentamento dos agentes, que já viram sua conta crescer até R\$ 40/MWh por causa do encargo.

Luiz Barroso, diretor da PSR, comenta que os objetivos ao se inserir a CvaR eram de aumentar a aderência dos preços de curto prazo com os reais custos da operação e de compatibilizar os critérios de suprimento utilizados na operação e no planejamento. "Sob a ótica da operação, estes objetivos foram parcialmente atendidos pois os despachos fora da ordem de mérito continuaram de forma expressiva. Já sob a ótica do planejamento, os objetivos foram plenamente atendidos pois todos os parâmetros do ICB passaram a ser calculados com a CVaR. Sentimos falta de uma análise prévia de qual seria justamente esse impacto no ICB", explicou Barroso. Por outro lado, de acordo com ele, a CVaR impactou diretamente o cálculo da garantia física, reduzindo bastante a garantia física de térmicas com custo variável unitário elevado, como o caso da geração movida a gás.

A nova metodologia conseguiu até evitar por um tempo os despachos fora da ordem de mérito. Mas a crise hidrológica fez com que esse tipo de despacho fosse novamente necessário. Na primeira metade do mês de agosto, o ESS já ultrapassou R\$ 54 milhões, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Mesmo assim, o montante é bem inferior ao que se verificava anteriormente. Fábio Cuberos, diretor de Regulação da Safira Energia, ressalta que a introdução do CVaR não eliminou totalmente o despacho fora da ordem de mérito, que continuou como um procedimento operativo de curto prazo, mas que a metodologia reduziu essa necessidade drasticamente. "O que tem se verificado agora, mesmo com a introdução do CVaR e com a operação do ONS é que existe a necessidade do despacho fora da ordem de mérito para se chegar com segurança no início do próximo período úmido. De tudo o que está sendo despachado, pelo menos 10% está sendo fora da ordem de mérito. Provavelmente sem a CVaR, esse valor seria bem maior", apontou.

Atualmente, estão sendo gerados pelas termelétricas em torno de 15 mil MW médios, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Para Cuberos, mesmo sem a CVaR, com a crise hidrológica pela qual passa o país, as térmicas estariam despachadas do mesmo jeito, ou seja, praticamente na sua totalidade. A dúvida, de acordo com ele, seria se o preço estaria no mesmo patamar que está hoje ou se seria mais baixo. "Eu creio que o preço seria mais

baixo e o despacho fora da ordem de mérito seria maior, gerando encargo", comentou. Durante os primeiros meses do ano, o Preço de Liquidação de Diferenças manteve-se no teto por várias semanas e mesmo arrefecendo um pouco, continua elevado. Na semana de 16 a 22 de agosto, o PLD ficou na casa dos RS 700/MWh.

João Mello, da Thymos Consultoria, fez uma avaliação e diz que existe diferença no PLD com a CVaR e sem a CVaR, mesmo considerando a crise hidrológica. Ele diz que as térmicas estariam despachadas da mesma forma, porém a conta seria distribuída de forma diferente. "E só uma questão de como a conta vai ser distribuída. A CVaR penalizou mais quem estava descontratado e com o ESS todo o mercado pagava, contratado ou não. Penalizar quem está descontratado faz parte da regra do mercado", analisou. No caso, as distribuidoras estão sendo as mais penalizadas, pois estão com exposição involuntária, ficando submetidas à compra de energia no mercado de curto prazo ao preço do PLD. Essa conta será repassada aos consumidores a partir do ano que vem. As geradoras expostas ao GSF também estão sendo penalizadas, pois precisam recorrer ao MCP.

Barroso, da PSR, comenta que uma das características da CVaR é justamente traduzir no preço as condições operativas. Mas, na avaliação do diretor, como essas condições foram bastante duras nos últimos doze meses, sem a CVaR o preço poderia ter ficado até maior. "Tivemos todas as térmicas acionadas na base, o que por sua vez cria as condições estruturais para o aumento do preço mesmo sem o CVaR. Em algumas semanas, o PLD sem o CVaR teria sido até maior, pois o armazenamento estaria abaixo da Curva de Aversão ao Risco", avaliou.

A CAR, que foi eliminada com a implantação da CVaR, era uma curva de segurança. Quando o armazenamento dos reservatórios atingia essa curva, o operador imediatamente despachava todas as termelétricas, na maior parte das vezes fora da ordem de mérito. Cuberos, da Safira Energia, comenta que com a CAR despachava-se muita térmica sem olhar para a questão sistêmica.

"As térmicas eram despachadas mas em outras regiões existia sobra de energia, que poderia ser transferida para o submercado otimizando o intercâmbio. Mas com a CAR isso ficava limitado, pois se o nível dos reservatórios chegasse próximo da curva, o operador ligava tudo", explicou. O próprio diretor-geral do ONS, Hermes Chipp, já disse em diversas ocasiões que a incorporação da CVaR deixa a operação do sistema mais robusta. Isso porque, com a substituição das curvas de aversão ao risco é possível despachar volumes maiores de térmicas com antecedência.

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, vê a CVaR como um critério de amortecimento, pois quando existe a sinalização de que a energia vai custar caro no futuro, parte das térmicas começam a ser despachadas antes. Mas para ele, apesar da CVaR ter sido um avanço, ainda há muito o que aprimorar. "Quando a gente entra no mérito dos modelos, percebe-se que existe uma distância que é recorrente entre o que o modelo diz que vai ter de nível de água nos reservatórios e o que o mundo real retrata. Tem várias causas relevantes para isso. Já se falou em problema de assoreamento, mas do nosso ponto de vista tem uma causa mais relevante, a verificar, que tem a ver com o próprio desenho do modelo", alertou Sales. Ele explicou que os modelos utilizam o critério de reservatórios equivalentes e que isso pode levar a um erro muito grande. "Cabem aprimoramentos no modelo, para que se tenha uma operação que se aproxime da realidade", sugeriu.

Um dos aprimoramentos, na opinião de Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, tem relação com o piso e teto do PLD. De

acordo com o professor, a nova metodologia, importante para a definição do Custo Marginal de Operação, não considerou que o PLD não podia ter uma variação tão acentuada entre RS 15/MWh e RS 822/MWh. "Isso provocou uma crise financeira no setor elétrico. O fato de não considerar a necessidade de diminuir essa dispersão e levar o PLD mais para perto do custo médio da geração fez com que o setor elétrico, frente a uma crise hidrológica, passasse para uma crise financeira de proporções muito graves", analisou.

Castro se refere aos constantes empréstimos que estão realizados para as distribuidoras devido à exposição involuntária, que já totalizam, somente via Conta-ACR, RS 17,8 bilhões, e que futuramente chegarão na conta de todos os consumidores.

"A energia elétrica no Brasil não custa RS 15/MWh e o custo médio também não é de RS 822/MWh. Então, porque o PLD varia do céu para o inferno?", argumentou Castro. Segundo ele, se isso tivesse sido previsto na revisão que foi feita corretamente, porque é uma revisão para o CMO, o setor não estaria passando por essa crise financeira de proporções muito graves. Para ele é importante que o PLD seja revisto. "Existem procedimentos muito claros para se fazer mudanças, que é consulta pública, nota técnica, audiência pública e discussão pelo colegiado da Aneel. Esse é o procedimento do setor elétrico que vem sendo adotado. O Gesel nunca propôs mudanças através de canetadas", defendeu.

A Agência Nacional de Energia Elétrica todo ano decide o teto e o piso do PLD e Romeu Rufino, diretor-geral do órgão regulador, admite que pode visitar essa metodologia para aperfeiçoá-la. Segundo ele, ainda não está decidido se Aneel vai apenas atualizar os valores ou se vai reavaliar o referencial usado. "O que a Aneel tem feito sistematicamente, todo ano, é atualizar o valor que foi definido algum tempo atrás. Então, a Aneel vai reabrir essa discussão, dentro do rito normal do processo. Ou seja, quando a Aneel tiver que discutir o PLD, piso e teto, para o ano que vem, ela certamente vai, de novo, enfrentar essa discussão. Vai só atualizar? Vai rever o referencial? Isso nós ainda vamos discutir, mas dentro do procedimento normal. O que não estamos dispostos a fazer, não fizemos e não vamos fazer, é uma discussão extemporânea. Isso não vamos fazer, porque é a regra do jogo: todo ano ele é reavaliado", comentou Rufino.

A revisão dos parâmetros alfa e lambda é defendida por Fábio Cuberos, da Safira, e por João Mello, da Thymos Energia. Para Cuberos, não existe uma regra clara e objetiva que diga em que momento esses parâmetros serão revistos ou se podem existir parâmetros diferenciados para o período seco e úmido. "A CVaR realmente ajudou, dando uma visão melhor de como é o preço, como está o cenário energético, diminuindo o ESS, mas carece de aprimoramentos, principalmente, quanto a essa questão de dar mais transparência e objetividade nas definições e alterações dos parâmetros", apontou. Mello, da Thymos, diz que é preciso avaliar agora as reações do modelo em relação a variação de vazão.

"Na variação de vazão, quando muito rápida, ocorre uma sinalização, por causa do CMO, de forma muito rápida também e acaba contaminando o PLD. Vimos isso no Sul, no mês de junho, uma variação muito rápida da vazão e do PLD. O PLD estava em torno de RS 600/MWh, caiu para cerca de RS 300/MWh, depois foi para RS 15/MWh e voltou a subir. Não é adequado que se tenha essa sinalização tão forte no PLD", declarou Mello. De acordo com o consultor, o ONS ficou de avaliar junto com o Cepel essa questão de bate e volta do preço no curto prazo.

Já a PSR acredita que os estudos relacionados à SAR - Superfície de Aversão ao Risco - devem continuar, visando sua implementação. Barroso explica que a SAR é basicamente a incorporação do antigo POCP na política operativa e que ela conseguiria praticamente eliminar os despacho fora da ordem de mérito. "Nesses estudos, a participação de todo o setor é essencial, incluindo empresas, universidade e centros de pesquisa. Em nossa opinião essa é a abordagem que possui os melhores atributos para o setor", analisou o consultor.